MOVIMENTO PRÓ-CRIANÇA: uma ação concreta da doutrina social da Igreja

Severino Crisóstomo dos Santos[1]
Eunaide Monteiro de Almeida Silva[2]

Introdução

Estudar sobre o Movimento Pró-Criança (MPC) como instituição fundada pela Arquidiocese de Olinda e Recife é mergulhar na Doutrina Social da Igreja (DSI) mais especificamente em uma das suas grandes áreas, que se subdivide em: 1. Pessoa, 2. Sociedade, 3. Economia, 4. Política: Participação, Bem comum.

Nesta última sub-área da DSI, em especial a Participação traz um destaque às formas de participação cidadã, tais como sindicatos, associações, grupos de acompanhamento do governo, sociedade de amigos do bairro, Organizações Não-Governamentais (ONGs)[3], nas quais se enquadram o Movimento Pró-Criança, as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) e outras que se afinam com o Bem Comum, princípio fundamental que se refere ao empenho de todos para o bom funcionamento da sociedade.

Quando analisamos a Doutrina Social da Igreja, observamos que esta foi dividida em duas partes: antes e depois da *Rerum Novarum*[4], haja vista que a Igreja sempre teve preceitos em relação ao social desde os primeiros séculos do cristianismo e da tradição católica, porém, essa instrução aparecia de forma secundária, sem uma especificidade magisterial, ou seja, não existia nem um capítulo completo dedicado a este tema e as proposições estavam dissolvidas em todo ensinamento católico.

Portanto, só a partir de 1891, com a Encíclica *Rerum Novarum*, considerada a carta *mater* da questão social, o Papa Leão XIII, na introdução,

---

[1] Mestrando em Ciências da Religião – Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP). crisostomo.santos@gmail.com
[2] Mestranda em Ciências da Religião – Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP). eunaidemonteiro28@yahoo.com.br
[3] A denominação ONG foi criada pela Organização das Nações Unidas (ONU), na década de 40, para diferenciá-las dos órgãos governamentais. Porém, nem tudo que não é governo é ONG. As ONGs são associações civis e autônomas, não-estatais, sem fins lucrativos e em sua maioria são suprapartidárias. Afirmam seus objetivos sociais e seu campo de atuação na Sociedade Civil. (CAMBA, 2004)
[4] Das coisas Novas.

resgata tópicos já mencionados em encíclicas anteriores (a soberania política, a liberdade humana, a constituição cristã dos Estados[5]), e acrescenta o tópico Condição dos Operários, que foi o elemento propulsor da elaboração deste documento, no qual afirma que:

> Já temos tocado esta matéria muitas vezes, quando se Nos tem proporcionado o ensejo; mas a consciência do Nosso cargo Apostólico impõe-Nos como um dever tratá-la nesta Encíclica mais explicitamente e com maior desenvolvimento, a fim de pôr em evidência os princípios duma solução, conforme à justiça e à equidade.[6]

Desta forma, a premissa do MPC dialoga harmoniosamente com os preceitos da DSI, que desde o documento inaugural (mencionado anteriormente) até os dias atuais vem apresentando uma proposta para a solução dos problemas sociais que o mundo enfrenta, de modo especial, desde quando surgiu a Revolução Industrial na Inglaterra, e que se difundiu por outros países da Europa, a partir do século XIX.

Desde Leão XIII (1878-1903) até o atual Papa, Francisco (que ainda não lançou nenhuma encíclica sobre o tema social), seguidamente, os papas têm lançado documentos sobre o tema, apresentando o Evangelho como principal elemento norteador para a resolução dos conflitos sociais. Desta forma, neste trabalho, nosso objetivo é analisar como a Doutrina Social da Igreja auxilia no resgate de pessoas que vivem em situação de vulnerabilidade social, física, emocional e cognitiva.

Para isto, na primeira parte deste artigo, apresentaremos um breve panorama sobre a DSI e outros documentos oficiais. Na segunda parte, falaremos sobre o engajamento da igreja nas questões sociais ao longo do tempo. Na terceira parte, apresentaremos o Movimento pró-Criança e mostraremos como ele se encaixa nesta grandiosa estrutura social religiosa. Por fim, faremos as considerações finais e, em seguida, elencaremos os autores e os documentos que nortearam este trabalho com o qual esperamos contribuir para o melhor entendimento dos documentos da Igreja e da forma como ela age na esperança de que cheguemos a construir um mundo mais humano e humanizante.

---

[5] Alude-se aqui às Encíclicas «Diuturnum» (1831), «Immortale Dei» (1885), «Libertas» (1888).
[6] Introdução da Rerum Novarum

Conhecendo e entendendo os documentos oficiais da Igreja

Nos documentos sociais da Igreja, surgem algumas nomenclaturas das quais precisamos conhecer os significados para melhor nos situarmos e entendermos a grandiosidade da DSI na vida social do povo. Veremos a seguir, a diferença entre Ensino Social da Igreja, Pensamento Social do Cristão e Doutrina Social da Igreja.

Segundo Alves (2014), o Ensino Social da Igreja refere-se a textos que possuem mais liberdade, evoluindo com o tempo, sem que tenham um caráter obrigatório e estático. Já o Pensamento Social do Cristão indica uma grande abertura, até mesmo para o ensino social das igrejas cristãs da Reforma. Surgem as expressões: Doutrina Social da Igreja ou Doutrina Social Católica, porém, no discurso inaugural da III Conferência Geral do Episcopado Latino-americano em Puebla (México), coube a João Paulo II reafirmar a nomenclatura "Doutrina Social da Igreja" que, a partir de então, começou a ser utilizada em todos os documentos sociais, em especial, nas encíclicas. Para Alves (2014), a Doutrina Social da Igreja nada mais é que "Um conjunto de princípios de reflexão, critérios de juízo e diretivas para a ação", no qual a Doutrina refere-se a um *corpus* coerente, a um conjunto de ensinamentos

No caso da DSI, Alves (2014) explica a sigla com os seguintes conceitos:

> Doutrina: refere-se ao um *corpus* coerente, a um conjunto de ensinamentos. No caso da DSI, este é constituído por princípios de reflexão, critérios de juízo e diretivas para a ação, que foram se formando desde os albores da Revolução Industrial e estão expressos nas encíclicas sociais pontifícias.

Como Social, este autor entende "relações formais institucionalizadas da vida em sociedade (relações políticas, econômicas, sociais e outras)". E, por fim, esclarece que com a expressão "Igreja" entende-se que essa doutrina é própria da Igreja Católica, como instituição organizada na sociedade.

Cronologicamente foram apresentadas as encíclicas e os documentos sociais que tratam do tema (DSI) desde a sua primeira citação na *Rerum Novarum* até a última na *Caritas in Veritate*, além de inúmeras citações do atual Papa, Francisco, sobre o sentido social da Igreja.

Segundo a Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*[7] do Vaticano II (n.69)

[7] Alegria e Esperança (Paulo VI, de 7 de dezembro de 1965).

e na encíclica de Paulo VI *Populorum Progressio*[8] (n.22), notáveis pensadores da Igreja, escreveram diversos textos para ilustrar melhor os ensinamentos dos "Padres da Igreja", tendo como uma das figuras centrais, Santo Tomás de Aquino, que foi chamado, com justiça, pelo Cardeal Bessarion, "o mais santo dos sábios e o mais sábio dos santos"[9].

Numa visão bem contemporânea sobre o tema, observamos a preocupação do atual pontífice em suas inúmeras citações sobre as virtudes sociais da Igreja, relacionando o bem comum com a paz social (EG 217-237)[10]. Ele destacou ainda que o serviço da caridade é um compromisso constitutivo da missão da igreja que se desdobra em uma caridade efetiva que compreende, assiste e promove (EG 177-179); sobre solidariedade o Papa Francisco acentua ainda a função social da propriedade e a destinação universal dos bens da criação (EG 188-189), e por fim, a preocupação em pregar a justiça social, que acentua o direito do pobre como algo que lhe é devido.

Panorama do engajamento da Igreja ao longo do tempo

Observamos pela ótica hermenêutica que, desde os primórdios, a Igreja sempre esteve engajada e teve como intuito promover as virtudes sociais às comunidades e às classes marginalizadas. Tratando-se de ferramentas ideológicas, somos logo direcionados ao destaque das encíclicas na repercussão na DSI, principalmente, por seu teor político-pedagógico.

O Papa Leão XIII conferiu à Igreja quase um "Estatuto de Cidadania" e afirmou que os graves problemas sociais só podiam ser resolvidos pela colaboração entre todas as forças intervenientes e acrescentou no Compêndio da Doutrina Social da Igreja parágrafo 90: "Quanto à Igreja, não deixará de modo nenhum faltar a sua quota-parte".

A partir do Concílio Vaticano II, entre 1962 e 1965, na efervescência de todo o desenvolvimento industrial na Europa, eis que surge uma nova época das Encíclicas sobre a missão da Igreja em relação a auto compreensão do mundo moderno.

---

[8] Do Progresso dos povos (Paulo VI, de 26 de março de 1967).
[9] BESSARION, Johannes. Adversus calumniatorem Platonis. L.2 c.7 Apud BERTHIER, O. P., J. Sanctus Thomas Aquinas "Doctor communis" Ecclesiae. Roma: 1914, n. 679, p. 92.
[10] Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium* do Papa Francisco.

Da *Populorum Progressio* “O progresso dos povos” (1967) até *Caritas in Veritate* “A caridade na verdade” (2009) até a atualidade, os célebres discursos do Papa Francisco sobre a questão social numa ótica da DSI, as Encíclicas têm como proposta, a relação harmoniosa entre os grupos sociais e culturais que, neste caso específico, deve-se observar a nova expansão geográfica que as classes estão tomando, pois não se tratava apenas dos operários europeus e sim de trabalhadores de outros países e continentes, apontando a justiça social e a caridade universal como possíveis sugestões para solução dos problemas sociais.

Os diversos documentos da Igreja trazem a preocupação dos Papas com os temas atuais e são estudados, principalmente, com o objetivo de chamar a atenção do mundo sobre tais fatos. Um bom exemplo é a *Centesimus Annus*[11], onde João Paulo II qualifica como preocupante a falta de respeito à natureza, vinculada ao problema do consumismo e o próprio Papa Francisco tem denunciado a proliferação de uma “cultura descartável”, em todas as esferas da sociedade.

O Papa Francisco retoma este debate trazendo como tema da Campanha da Fraternidade 2017, “Fraternidade: biomas brasileiros e defesa da vida.” E como lema “cultivar e guardar a criação” que tem como objetivo abordar cada um dos seis biomas brasileiros analisando suas características e significados para entender os desafios que ora se nos apresentam, conhecendo as iniciativas já existentes e tentando encontrar novos caminhos para a defesa da biodiversidade e da cultura dos povos originários, estimulando relações respeitosas com a vida e a cultura de todos os povos com o objetivo de promover o encontro da pessoa consigo mesma, com o outro, com o planeta e com o Transcendente.

Neste sentido, a Igreja apresenta inúmeras iniciativas que chancelam as ideias da necessidade de uma reestruturação social através de gestos concretos como, por exemplo, o Movimento Pró-Criança.

A Doutrina Social da Igreja e o Movimento Pró-Criança

Criado pela Igreja Católica, fazendo parte da Participação, subárea da DSI e sendo oriundo da meta o Bem Comum, este movimento foi formalizado em 1993 pelo Arcebispo de Olinda e Recife, Dom José Cardoso Sobrinho. É

[11]Cem Anos, (João Paulo II, promulgada em 1 de maio de 1991).

caracterizado pela assistência que dispensa a crianças e adolescente em situação de vulnerabilidade emocional, social, física e cognitiva, com especial atenção àquelas que vivem nas ruas, conforme podemos verificar nos dois primeiros parágrafos do Decreto nº 1/1993 que aprovou o Estatuto do MPC:

> Considerando a situação de miséria e abandono em que se encontra grande número de crianças e adolescentes nas ruas da região metropolitana do Recife: Considerando a necessidade de unir esforços no sentido de contribuir para a mudança desta realidade tão triste de penúria e desamparo.

Este documento mostra a preocupação da Igreja com aquelas crianças e adolescentes denominados muitas vezes de “trombadinhas” que, em muitos casos, andam em grupo e causam medo em quem com eles se deparam, pois, desiludidos com a situação em que vivem e expostos à situação de vulnerabilidade que lhes causam alto nível de estresse, buscam, de forma inadequada, encontrar estratégias de sobrevivência, sem conhecer ou desconsiderando as regras necessárias para um bom convívio social.

Nestas circunstâncias, entram em ação as Organizações Não-Governamentais (ONG’S) que acolhem estas pessoas na tentativa de minimizar os problemas por elas enfrentados. Assim nasce o MPC que apresenta várias ações assistenciais mais imediatas como em outrora a distribuição de alimentos e de kits de primeiros socorros e outras ações que, a médio ou a longo prazo, auxiliam na reinserção destas crianças e adolescentes ao seio de sua família, como o acompanhamento da vida acadêmica destes e a oferta de educação complementar.

Em 1996 foi implementado o Projeto Resgate de Crianças que contava com três arte-educadoras que mapearam os locais onde estes jovens perambulavam, traçaram estratégias de aproximação e, numa abordagem interdisciplinar, propunham atividades que os convencessem a participar das oficinas oferecidas pelo projeto e, simultaneamente, mantinham uma relação dialógica com a comunidade para orientar sobre uma convivência mais pacífica entre as crianças, os adolescentes e os moradores e comerciantes locais. Estas práticas têm como objetivo principal a Inclusão Social através de atividades desenvolvidas por leigos com pertencimento a diversas doutrinas o que traz a perspectiva do ecumenismo ou da inter-religiosidade que, por si só, já se faz exemplo de convivência pacífica.

Em 2015, o MPC recebeu do Ministério da Educação (MEC) a certificação de Instituição Criativa e Inovadora do Ensino Básico do Brasil em decorrência de suas atividades focadas na Educação Complementar. Só em 2016, teve como beneficiários diretos oriundos das três unidades, 2.155 crianças e adolescentes, além de aproximadamente 1.880 pais e responsáveis acolhidos pela instituição; este movimento se caracteriza pela oferta de diversos cursos abrangendo as faixas etárias dos 6 aos 17 anos.

Considerações finais

A Doutrina Social da Igreja tem alcançado objetivos que complementam as políticas públicas ou chegam onde estas ainda não se fizeram presentes em nossa sociedade desde os tempos idos. A Igreja tem feito empreendimentos na tentativa de recuperar as pessoas que perderam a subjetividade, estão esquecidas pelo poder público e vivem em situação de vulnerabilidade.

É certo que estas ações não são suficientes para erradicação da pobreza e para o resgate da dignidade de todas as pessoas, entretanto, experiências como a do MPC, que prestam assistência a crianças e adolescentes, funcionam como uma forma de denúncia e dão visibilidade à causa que abraçam trazendo para o centro aqueles/as que se encontram marginalizados numa sociedade onde os “ricos ficam cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres” (Papa Joao Paulo II). Também esta ação funciona como forma de anúncio de esperança do encontro da pessoa consigo mesma, com o outro, com o planeta e com o Transcendente.

Por todas as razões expostas, a DSI é uma ferramenta de extrema importância para a Igreja Católica, bem como para a Sociedade como um todo, pois, através de suas inúmeras reflexões sobre a dimensão sócio-transformadora da Palavra de Deus nas diversas etapas da história humana estimula o homem a sempre tentar construir um futuro melhor para ele, para sua descendência e para a humanidade em geral.

Referências

ALVES, Antônio Aparecido. **Doutrina social da igreja: Um Guia Prático para o Estudo.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. 130p.

CAMACHO, Ildefonso. **Doutrina social da Igreja: Abordagem histórica**. Edições Loyola, 1995.

CAMBA, S. V. **ONGs e escolas públicas:** uma relação em construção. São Paulo, 2004. 121 p. Dissertação (Mestrado) -Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

DOUTRINA SOCIAL DA IGREJA. **Cadernos de Doutrina Social da Igreja: Documentos e Princípios Básicos da DSI.** Edições Loyola, 2006.

LIBANIO, J. B. **Jovens em tempo de Pós-modernidade. Considerações socioculturais e pastorais.** São Paulo: Loyola, 2004.

LUSTOSA, Oscar de F. **A Igreja Católica no Brasil-República**: cem anos de compromisso (1889-1989). São Paulo: Edições Paulinas, 1991.

Pontifício Conselho Justiça e Paz, Compêndio da Doutrina Social da Igreja. São Paulo, Paulus, 2005.

PRÓ-CRIANÇA. Relatório Anual de Atividades do Movimento Pró-Criança, 2015.

Site Oficial do Vaticano. Disponível em: <http://www.vatican.va/archive/cathechism_po/index_new/p3s2cap2_21962557_po.html.> Acesso em 28 de maio de 2017.